

Da organização política do Serviço Social: a virada crítica no contexto da autocracia burguesa

On the political organization of social work: the critical turn in the context of bourgeois autocracy

Carina Berta Moljo* 

Maria Elizabeth S. Borges** 

Ana Luiza Avelar de Oliveira*** 

Maria Inês Souza Bravo**** 

RESUMO

O artigo apresenta uma parte dos avanços do projeto de pesquisa denominado “A organização política da categoria profissional do serviço social no Brasil e a virada crítica nas entidades”, cuja metodologia na primeira etapa da pesquisa consiste em revisão da literatura, revisão bibliográfica e documental. Nossa hipótese de trabalho é que a “virada crítica” e a construção do que chamamos Projeto ético-político-profissional foram possíveis pelo processo organizativo da categoria profissional, na disputa pela direção ético-política das organizações do Serviço Social brasileiro. Este processo, iniciado ainda nos anos de 1960-1970, se deu, simultaneamente, entre as vanguardas vinculadas às universidades e ao sindicalismo. Neste momento, nos atentamos para demonstrar as implicações deste processo nas entidades nacionais articuladas, que assumem como importante e fundamental a aproximação das lutas sociais, em prol da democratização da sociedade brasileira, nas diversas formas de organização da classe trabalhadora.

Palavras-chave: Renovação Crítica do Serviço Social; organização política; direção ético-política.

ABSTRACT

This article highlights key developments in the research project titled “The Political Organization of the Social Work Professional Category in Brazil and the Critical Turn in the Entities,” which methodology in the first stage of the research consists of literature, bibliographic, and documentary review. Our working hypothesis is that the “critical turn” and the establishment of what is referred to as the Ethical-Political-Professional Project were made possible by the organizational efforts of the professional category, particularly in the struggle for ethical-political leadership within Brazilian social work organizations. This process, which began in the 1960s and 1970s, evolved concurrently among vanguards connected to universities and the labor movement. We aim to illustrate how this process has influenced national entities, which view their alignment with social struggles as essential for advancing the democratization of Brazilian society through various forms of worker organization.

Keywords: Critical Renewal of Social Work; political organization; ethical-political direction.

ARTIGO

<https://doi.org/10.12957/rep.2025.89040>

*Professora titular da Faculdade de Serviço Social (UFJF), Juiz de Fora, MG - Brasil. carinamoljo@uol.com.br.

**Professora associada do Instituto de Psicologia e Serviço Social (UFBA), Salvador, BA - Brasil. bethborges@gmail.com.

***Professora Adjunta da Faculdade de Serviço Social (UFJF), Juiz de Fora, MG - Brasil. E-mail: anaavelar.oliveira@ufjf.br.

****Professora Adjunta aposentada da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ - Brasil. E-mail: msouzabravo@gmail.com.

Como citar: MOLJO, C. B.; BORGES, M. E. S.; OLIVEIRA, A. L. A. de; BRAVO, M. I. S. Da organização política do Serviço Social: a virada crítica no contexto da autocracia burguesa. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 58, pp. 41-54, jan./abr., 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2025.89040>.

Recebido em 28 de agosto de 2024.

Aprovado para publicação em 20 de setembro de 2024.

Responsável pela aprovação final:
Monica de Jesus César.



© 2025 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Introdução

Este artigo tem como objetivo compartilhar parte de uma investigação em andamento, focada na organização política da categoria profissional do Serviço Social no Brasil. A pesquisa faz parte de uma rede que conecta pesquisadores de diferentes países da América Latina e Europa, intitulada *Serviço Social na História: Questão Social, Movimentos Sociais e Lutas Sociais. América Latina e Europa* (1960-2020).

A hipótese central do estudo é que a construção da direção social, atualmente hegemônica, foi viabilizada, em grande parte, pela força da organização política da categoria ao longo dos últimos 40 anos, caracterizada pela unidade entre a formação acadêmica e o exercício profissional. Com base na metodologia adotada¹, a pesquisa busca responder à seguinte questão: quais determinações permitiram construir a hegemonia da direção social crítica nas entidades profissionais do Serviço Social, articulando trabalho e formação profissional?

Esse processo, que teve início nas décadas de 1960 e 1970, desenvolveu-se simultaneamente entre as vanguardas ligadas às universidades e ao movimento sindical. A investigação busca evidenciar o papel dessas entidades nacionais articuladas, que consideraram crucial a aproximação com as lutas sociais em favor da democratização da sociedade brasileira, por meio das diversas formas de organização da classe trabalhadora, e como essa conexão se alinha e se reflete nos princípios fundamentais do Serviço Social.

Nesta exposição, elaboramos uma síntese da revisão bibliográfica realizada, localizando o processo histórico das entidades nacionais do Serviço Social, de modo a apresentar os elementos da realidade brasileira no período correspondente ao “Congresso da Virada”, que sustentam a nossa hipótese.

Dividimos a exposição em dois itens: no primeiro, situamos o significado da autocracia burguesa, principalmente para a política de educação no Brasil; buscamos este conceito, recuperando as elaborações de Netto (2008). No segundo, destacamos a organização política da categoria profissional no contexto dessa autocracia, em especial o debate acadêmico, considerando as articulações que estavam se desenvolvendo na Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), no Centro Latinoamericano de Trabajo Social (CELATS), a partir da articulação mais geral com o movimento sindical e estudantil, e posteriormente no Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Como aproximações conclusivas, destacamos alguns pontos que devem ser aprofundados na fase posterior da pesquisa em andamento.

O significado da autocracia burguesa

Como é amplamente conhecido, em 2024 estamos “descomemorando” os 60 anos do golpe de abril. Sem dúvida se tratou de um período de lutas pela hegemonia, num contexto internacional de profundas transformações políticas e econômicas. Segundo Ianni

1 Na primeira etapa da pesquisa realizaremos revisão bibliográfica, revisão da literatura existente e análise documental. Caso seja necessário realizaremos entrevistas com atores considerados chaves nesse processo.

(1981), no Brasil, no período entre 1961 e 1964, ocorreu uma profunda crise de hegemonia, com o ascenso político dos operários e camponeses, acirrando a disputa entre os grupos da burguesia e com o governo de João Goulart. Neste contexto de crise política e crise econômica, inicia-se uma crise de hegemonia, na qual, através do golpe de Estado, concretizou-se a opção pelo capitalismo dependente, determinado pelo grande capital financeiro e monopolista.

De acordo com Fernandes (1981, p. 319), as classes dominantes executaram um golpe civil-militar no país, completando o “ciclo da Revolução Burguesa, mas sob e dentro do capitalismo dependente”, aumentando a dominação imperialista sobre o país, com o objetivo de “despojar a dominação burguesa de qualquer conexão real, que fosse substantivamente e operativamente democrático-burguesa e nacionalista-burguesa”, de forma a neutralizar “as pressões especificamente democráticas e nacionalistas dos setores burgueses mais ou menos radicais” e reprimir “as pressões de igualdade econômica, social e política ou de integração nacional e de mobilização de classe das massas populares”.

Conforme afirma Ianni (1981, p. 34), “diante da possibilidade de formação de um governo de base popular, ou da possibilidade de surtos revolucionários, de base operária e camponesa”, as forças nacionais mais reacionárias, vinculadas ao imperialismo, organizaram e realizaram um golpe.

De acordo com Netto (2008), o golpe de abril foi uma tentativa de parte dos grupos dominantes nacionais para garantir a maturação da inserção do Brasil na dinâmica dos monopólios, representando o massacre das forças democráticas e a condução dos processos diretivos da sociedade, definidos “pelo alto”. Há no contexto autocrático burguês um aprofundamento dos traços heterônomos do capitalismo brasileiro, tendo o Estado intervindo diretamente na economia, como repassador de renda para os monopólios e politicamente mediando conflitos em benefício estratégico das corporações transnacionais.

Para o autor (2008), a autocracia burguesa no Brasil pode ser compreendida a partir de três momentos: o primeiro deles (entre 1964 e 1968) é marcado pela busca de uma base social de apoio que sustentasse as iniciativas da ditadura; um segundo momento (entre 1968 e 1974), no qual há a conversão do que até então era uma ditadura reacionária para um regime político de nítidas características fascistas; já o terceiro momento (entre 1974 e 1979) é caracterizado pelo aprofundamento da crise do “milagre” e pela estratégia articulada por Geisel, conhecida como “processo de distensão”, que representava um projeto de autorreforma. Esse projeto tinha como objetivo a reconstrução de um bloco sociopolítico, com a finalidade de garantir a institucionalização duradoura do sistema de relações econômico-sociais e políticas, em benefício dos monopólios (Netto, 2008).

Desta forma, considera-se que a instauração do golpe autocrático burguês se constituiu numa contrarrevolução preventiva, a fim de manter as bases de dependência ao capi-

tal externo, aprofundando a vinculação da economia brasileira aos interesses imperialistas. Diz Chauí (2001, p. 41-42):

A ditadura, desde o golpe de Estado de 1964, deu a si mesma três tarefas: a integração nacional (a consolidação da nação contra sua fragmentação e dispersão em interesses regionais), a segurança nacional (contra o inimigo interno e externo, isto é, a ação repressiva do Estado na luta de classes) e o desenvolvimento nacional (nos moldes das nações democráticas ocidentais cristãs, isto é, capitalistas). A difusão dessas ideias foi feita nas escolas com a disciplina de educação moral e cívica, na televisão com programas como “Amaral Neto, o repórter” e os da Televisão Educativa, e pelo rádio por meio da “Hora do Brasil” e do Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização), encarregado, de um lado, de assegurar mão-de-obra qualificada para o novo mercado de trabalho e, de outro, de destruir o Método Paulo Freire de alfabetização.

Netto (2008) afirma que os objetivos da contrarrevolução preventiva eram nítidos, indicando uma tríplice finalidade. Além dos objetivos econômicos de inserção subalterna do Brasil na economia internacional, adequando os padrões de desenvolvimento nacionais e de grupo de países ao quadro marcado por um ritmo e profundidade maiores de internacionalização do capital, tratava-se de golpear os protagonistas sociopolíticos que disputavam a hegemonia por um Brasil mais progressista, continuando com as reformas de base em andamento desde 1961, ou pelo contrário, um Brasil dependente do capital externo; bem como dinamizar em todas as áreas as tendências que poderiam ser mobilizadas contra a revolução e o socialismo.

Assim, nessa disputa desigual, o estado autocrático burguês reprimiu severamente os grupos e classes organizadas ou em via de organização. Não é por acaso, que sob a doutrina da segurança nacional foram proibidos alguns partidos políticos, sindicatos, movimentos estudantis, entre outros. Lembremos que se tratava de um processo de golpes sincronizados em toda América Latina patrocinados pelos Estados Unidos, no contexto da guerra fria, com o avanço dos movimentos de resistências e o acirramento das lutas de classes (Netto, 1996).

É, então, a partir desse contexto que ocorreu a maturação da inserção do Brasil na dinâmica monopólica mundial, mantendo-se os traços de heteronomia e dependência do capitalismo nacional. De acordo com Netto (1996), o Estado autocrático burguês instalado a partir de 1964 conduziu um modelo de “modernização conservadora”, beneficiando grupos nacionais específicos e o grande capital internacional.

Dessa forma, considera-se que a defesa e expansão desse projeto ocorreu por meio do alinhamento de diversos vetores, sejam eles econômicos, sociais, políticos, culturais ou ideológicos. Quanto ao sistema educacional, especialmente em relação às universidades, desde a segunda metade da década de 1960, precisava atender a duas prioridades da auto-

cracia burguesa, sendo elas a repressão às tendências democráticas e populares, no plano político, bem como a viabilização de seu projeto modernizador.

De acordo com Netto (1996), era necessário haver uma compatibilização funcional entre o conjunto das políticas sociais da ditadura com a política educacional, que estivesse alinhado a um modelo de desenvolvimento socioeconômico e político subordinado aos interesses das elites dominantes, que se organizaram para excluir da cena política os protagonistas comprometidos com projetos democráticos e populares.

Por razões políticas, considera-se que a refuncionalização do sistema educacional “foi enquadrado” ao projeto ditatorial de exclusão da massa do povo do direcionamento da vida social, com o objetivo de controlar os instrumentos e espaços de organização de estudantes e professores nas universidades. Isso incluiu a repressão dos movimentos e lideranças que buscavam ou implementavam alternativas voltadas à democratização da política, do sistema e dos processos educativos, em conexão com as necessidades básicas da população (Netto, 1996).

Com o movimento operário e sindical, tanto urbano quanto rural, submetido à coerção, é o movimento estudantil (particularmente nas universidades, mas não apenas nelas) que assumiu o protagonismo na contestação ao regime. A preocupação com a agitação das vanguardas estudantis ocorreu devido ao seu potencial efeito catalisador, tendencialmente capaz de concentrar a oposição geral que o regime tentava manter dispersa. Essa concentração ocorreu em um segmento social que, ao se radicalizar e se afastar drasticamente da coalizão vencedora de abril, poderia desencadear uma dinâmica político-social que realmente representaria uma ameaça séria ao regime, inclusive recriando as condições para um possível ressurgimento do movimento operário e sindical (Netto, 1996).

Isso significa que o ponto central da política educacional durante a ditadura foi a neutralização e a intensificação da resistência e da crítica políticas, especialmente nas universidades públicas ligadas aos movimentos das classes sociais. Este objetivo foi alcançado por meio de repressão e uma gestão “modernizadora”, fortemente influenciada pela lógica empresarial, o que afastou as universidades da vida e dos processos sociais. Como resultado, as universidades perderam seu dinamismo crítico, enquanto a pesquisa e o trabalho intelectual foram esvaziados. Isso culminou na supressão, perseguição e exílio de importantes frentes intelectuais de resistência democrática (Netto, 1996).

Nesse período foram adotadas medidas que impactaram diretamente no ensino superior, causando uma degradação do sistema universitário, assim como o processo de privatização do ensino, abrindo o seu financiamento para capitais externos. Amaral (2019, p. 99) destaca dentre as medidas adotadas pelo governo militar “os convênios, conhecidos comumente pelo nome de “Acordos MEC-USAID”, que tiveram efeito de situar o problema educacional na estrutura geral de dominação, reorientada desde 1964, e dar um sentido objetivo e prático a essa estrutura”.

Entretanto, é importante salientar, que apesar de, e contrariamente, ao que esperava a autocracia burguesa, mesmo na universidade domesticada da ditadura, vertentes críticas, ainda que timidamente, foram emergindo (Netto, 1996). No caso do Serviço Social, que se insere no mundo universitário neste período, essa mudança implicou numa nova cultura profissional, com debates e embates pouco conhecidos até então. Segundo Netto (1996), a inserção na universidade implicou em sair do monolitismo, no qual a profissão se encontrava, para um processo de diferenciação de concepções de profissão e portanto, de mundo, tensionando as diversas formas de compreender e intervir na realidade.

Para o autor (NETTO, 1996, p. 135-136), o grande balizamento do processo de Renovação do Serviço Social no Brasil, será a laicização da profissão, apresentando quatro características fundamentais:

A instauração do pluralismo teórico, ideológico e político no marco profissional, deslocando uma sólida tradição de monolitismo ideal; a crescente diferenciação das concepções profissionais (natureza, funções, objeto, objetivos e práticas do Serviço Social), derivada do recurso diversificado a matrizes teórico-metodológicas alternativas, rompendo com o viés de que a profissionalidade implicaria uma homogeneidade (identidade) de visões e práticas; a sintonia da polêmica teórico-metodológica profissional com as discussões em curso no conjunto das ciências sociais, inserindo o Serviço Social na interlocução acadêmica e cultural contemporânea como protagonista que tenta cortar com a subalternidade (intelectual) posta por funções meramente executivas; a constituição de segmentos de vanguarda, sobretudo mas exclusivamente inseridos na vida acadêmica, voltados para investigação e a pesquisa.

Assim, ele entende a Renovação do Serviço Social como um processo global, que trouxe profundas modificações, tanto na formação quanto no trabalho profissional, à medida que a autocracia burguesa ia começando seu processo de erosão. A chamada “virada” na profissão resultou, portanto, de um processo articulado com os movimentos de resistência presentes na sociedade brasileira, o que, sem dúvida, repercutiu nas instâncias organizativas.

A “virada” como processo e as repercussões nas entidades profissionais

Tomando como marco o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), realizado em 1979, na cidade de São Paulo, o Serviço Social no Brasil deu início ao que chamamos de Projeto ético-político-profissional. Este ficou conhecido como o “congresso da virada”, por ter conseguido vincular a profissão aos interesses da classe trabalhadora. Desde então, os CBAS passaram a cumprir um papel articulador, ao mobilizar a categoria envolvida com o trabalho profissional com aquela vinculada à academia e às lideranças intelectuais e políticas.

Situamos esse marco no contexto da sociedade brasileira em que estava em curso a mais longa ditadura empresarial-militar, como explicitado no item anterior. Mas como os fenômenos não são unidimensionais, a sociedade não estava inerte e a luta se expressava em movimentos sociais, inclusive acadêmicos. Os acontecimentos do III CBAS resultaram de processos políticos que envolviam a categoria profissional e que eclodiram com o questionamento sobre a dinâmica da sua organização e da temática proposta, que estavam na contramão das mobilizações e lutas da classe trabalhadora no período, na eclosão de greves e denúncias das condições de vida, da repressão e do obscurantismo conduzido pelos militares no poder. O movimento articulado aos debates no campo sindical expressava a crítica aos governos da ditadura e a luta e resistência à exploração da classe trabalhadora. Estava germinando o modelo do sindicalismo classista e autônomo, que motivava o movimento organizativo da categoria profissional.

Nesse momento, assistentes sociais se reconheceram como trabalhadores, em sua condição de assalariamento e se organizaram participando ativamente de mobilizações, paralisações e greves, além de contribuírem na organização de trabalhadores em serviço público, os quais até 1988 não podiam, por força de lei, organizarem-se em sindicatos. Em 1978, ocorreu o I Encontro Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais, em Belo Horizonte/MG, com a participação de quatro entidades reorganizadas: Associações Profissionais de Assistentes Sociais (Apas) de São Paulo, da Bahia, de Goiás e o Sindicato de Assistentes Sociais de Minas Gerais. Este encontro deliberou por realizar pesquisa nacional sobre salário, condições de trabalho e carga horária de assistentes sociais, para mobilizar os/as profissionais a partir de seus locais de trabalho para a luta sindical. (Abramides, 2016).

Até este período, os CBAS eram organizados pelo Conselho Federal de Assistente Social (CFAS) e pelo Conselho Regional de Assistente Social (CRAS) da localidade. O movimento de alteração, ocorrido no Congresso de 1979, resultou da mobilização realizada pelos integrantes da Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (CENEAS), articulados com docentes que faziam o movimento de renovação na Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS), aliados à insatisfação de participantes manifestada nos grupos de trabalho. No período anterior ao Congresso, foi realizado o I Encontro de Capacitação Continuada, no Rio de Janeiro, e o III Encontro Nacional das Entidades Sindicais de Assistentes Sociais, ocorrido na semana anterior ao congresso, ocasião em que foi criada a CENEAS. Ambos os eventos foram patrocinados pelo CELATS e foram estratégicos para o momento da virada.

Durante o CBAS, em assembleia que contou com a presença massiva de assistentes sociais e estudantes presentes, foram realizadas alterações significativas, como: homenagear todos os trabalhadores que lutaram e morreram pelas liberdades democráticas; alterações na programação, tanto no conteúdo a ser abordado como dos componentes

das mesas e painéis; inclusão de uma mesa final de encerramento com a participação de lideranças sindicais e movimentos sociais.

As contradições daquele contexto político, social e econômico estavam presentes e parte da categoria vinculada aos debates partidários e sindicais pôs em discussão as condições de vida da população empobrecida e dos ganhos elitistas do projeto de desenvolvimento econômico-social gerido pelos militares no poder executivo. A organização sindical, que transformou de modo geral as Apas em Sindicatos de Assistentes Sociais, esteve vinculada ao movimento de trabalhadores nos anos 1970. A proposição presente era a democratização das entidades da categoria, a identificação de assistentes sociais como trabalhadores e com isto, a expressão de compromisso de classe.

A partir desse momento histórico, a categoria seguiu um novo rumo. Em 1981, ano da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), foi realizada a 1ª Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat), que reuniu cerca de cinco mil delegados de todo o país, no município de Praia Grande (SP). Foi a primeira grande reunião intersindical realizada no Brasil desde 1964, que deliberou pela criação da Comissão Nacional Pró-CUT. A Central Única dos Trabalhadores (CUT) foi fundada em 1983, mesmo ano da criação da Associação Nacional dos Assistentes Sociais (ANAS), a qual se filiou à nova Central, que apresentava a concepção do sindicato por ramo de atividade.

Do ponto de vista da formação, a organização se dava através da ABESS, tendo como foco a condução para um currículo acadêmico compatível com os anseios de uma categoria que buscava tomar posição contra processos de alienação e exploração, ao tempo em que se articulava com organizações latino-americanas para construção de uma formação crítica.

Segundo Bravo et al. (2019), a articulação entre jovens professores de vários cursos do país, que se identificaram a partir dos cursos de mestrado em Serviço Social, deu início a um processo de debate com relação à formação profissional e a necessidade de sua alteração levou ao movimento ocorrido na ABESS, na década de 1970, de estimular o debate. Na sequência de quatro Convenções, as decisões foram promovendo mudanças significativas e que deram novos delineamentos democráticos à entidade.

Em 1973, em São Luís (MA), ocorreu a primeira mudança com relação à denominação da entidade, que passou a chamar-se Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social, em vez de “Escolas”, garantindo a possibilidade de participação de docentes na Convenção, mantendo o direito de voto na Assembleia Geral não apenas para a representação da direção das unidades filiadas. O outro acontecimento importante foi a apresentação da proposta curricular da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), pela professora Leila Lima Santos, vinculada à perspectiva da Reconceitualização Latino-Americana, que tinha por finalidade a construção de uma formação profissional crítica e de superação dos suportes teórico-metodológicos e ideológicos herdados do pensamento conservador.

Em 1975, em Piracicaba (SP) foi dada continuidade à discussão do projeto acadêmico curricular do Serviço Social brasileiro. Nesta convenção houve debates tensos e ficou decidido que até a próxima convenção as unidades de ensino deveriam produzir uma nova proposta, que superasse a, até então, vigente, aprovada em 1970 pelo Conselho Federal de Educação (CFE) e que apresentasse alternativas unificadoras das disciplinas Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade (Raizer, 2024). Em 1979, em Natal (RN), expressaram-se as diversas tendências do meio profissional, numa ênfase pluralista, com embate teórico e ideológico significativo entre as posições antagônicas com relação à orientação da formação profissional (Bravo et al., 2019). A densidade desse processo resultou na proposição de um currículo que representava grande avanço para a época, refletindo a correlação de forças existente naquele momento. Em 1981, ocorreu a histórica Convenção realizada em Vitória (ES), que democratizou a entidade, com a mudança do seu Estatuto, ampliando a participação na Assembleia Geral para estudantes, supervisores de campo e docentes com direito a voto para a eleição da diretoria da entidade.

Essas alterações impactaram a base social da entidade, trazendo para o debate novos sujeitos sociais importantes na formação profissional. A gestão da ABESS, assumida pela professora Josefa Batista Lopes (Universidade Federal do Maranhão - UFMA), realizou a redefinição da entidade como espaço de formação, no sentido mais amplo do termo. Neste período ocorreram outros eventos referentes ao ensino da graduação e pesquisa. Uma das realizações importantes foi a proposição do projeto de investigação-ação denominado *Formação profissional no Brasil: determinantes históricos e perspectivas (1982-1985)*, no I Encontro Nacional de Ensino do Serviço Social, realizado no Rio de Janeiro, em 1982 e em São Luís (MA) o I Encontro Nacional de Pesquisa em Serviço Social, que começou a dar visibilidade aos núcleos/grupos de pesquisa existentes no Brasil e a divulgação dos primeiros financiamentos de pesquisa pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

A partir de 1985, a ABESS desenvolveu novas e diversificadas formas de contribuir para o debate em relação à formação e ao exercício profissional de assistentes sociais e à pesquisa em Serviço Social. Além das suas Convenções, foram promovidos: Encontros Nacionais de Pós-Graduação; Encontros de Graduação e Pesquisadores; Seminários Nacionais sobre o Projeto Pedagógico; e Pesquisa sobre o Ensino da Metodologia em Serviço Social, realizações publicadas em seus “Cadernos ABESS”, a partir de 1986, pela Cortez Editora.

Na Convenção de Fortaleza, em 1987, a assembleia geral da entidade aprovou a criação do Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social (CEDEPSS), órgão acadêmico da ABESS, que havia sido recomendado no III Encontro Nacional de Pesquisa em Serviço Social, realizado em Campinas (SP), em 1986. A construção do CEDEPSS foi a estratégia realizada por docentes progressistas para garantir a unidade na formação e evitar a criação de uma *outra entidade* de pós-graduação.

Os debates iniciados nos anos 1970, dando seguimento nos anos 1980, indicam o adensamento e a maturidade intelectual e política protagonizada pelas gestões da entidade, para inaugurar nos anos 1990 um conjunto de mudanças primordiais nos rumos da formação profissional. A Convenção realizada em 1993, em Londrina (PR) aprovou a proposta de discussão para revisão curricular. Em 1996 foram aprovadas as novas Diretrizes Curriculares Nacionais, na Assembleia realizada no Rio de Janeiro (RJ). Já em 1998, em Convenção ocorrida em Recife (PE), a entidade passou a denominar-se Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), incorporando o CEDEPSS.

Desde a “virada” não foi mais possível manter os Conselhos profissionais distanciados da realidade da classe trabalhadora e foi num crescendo o movimento da tomada destes para a construção de uma proposição ético-política. Em linhas gerais, na década de 1980, as pautas estiveram voltadas para a eleição direta para o Conselho Federal que antes era indireta, através dos conselhos Regionais; pela politização das suas gestões; pela reformulação do Código de Ética e da Lei de regulamentação e pela articulação do debate acadêmico com o exercício da profissão.

A virada histórica que estava ocorrendo nas entidades sindicais, na ABESS e no movimento estudantil, forçou os Conselhos a mudarem as composições das direções. Assistentes sociais, até então vinculadas a outros espaços da luta social e política, passaram a contribuir com esse processo, que não estava isolado do que acontecia na realidade do país, com a ditadura sendo exposta e se enfraquecendo, abrindo espaço para os movimentos de redemocratização do Estado e das suas instituições, mobilizando a consciência ético-política da sociedade brasileira.

Em 1986, um novo Código de Ética foi demandado pela categoria, sob influência das mudanças processadas na sociedade brasileira com as esperanças mobilizadas para a derrubada da ditadura e reconstrução do ordenamento jurídico-normativo, seja em relação à Assembleia Nacional Constituinte, formada com parlamentares eleitos para tal fim, seja em relação ao próprio arcabouço normativo da profissão. Este Código teve um grande mérito, que foi a ruptura com o conservadorismo da profissão, restando ainda uma afinação quanto aos valores e compromissos ético-políticos, desdobrando-se com a promulgação do atual Código de Ética em 1993 e com a nova Lei de Regulamentação da profissão (Lei 8662/93).

Quanto ao movimento estudantil, há poucos registros de fácil acesso, destacamos, especialmente, os estudos de Sâmia Ramos sobre a organização estudantil do Serviço Social. Sabemos que o movimento, de modo geral, tem momentos de articulação e atuação e outros de crise, desde os anos 1960, quando estudantes integraram os grupos de resistência ao regime militar e por isso, suas lideranças foram perseguidas. Segundo Ra-

mos e Santos (1997), no final dos anos 1970, a União Nacional dos Estudantes (UNE) rearticulou o movimento, ressurgindo a juventude organizada, com lideranças vinculadas aos partidos políticos de esquerda. Voltaram a realizar seus Congressos, onde acontecia o debate nacional sobre o papel social do movimento estudantil. Ainda no âmbito da UNE, entre suas estratégias, foram criadas as sessões de cursos, para garantir a presença cotidiana nas Universidades.

Para o curso de Serviço Social, a organização denominada Subsecretaria de Estudantes de Serviço Social da UNE (SESSUNE) realizou o I Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS), em 1978. Desde então, a discussão foi levada para a criação de uma entidade nacional própria. Segundo Ramos e Santos (1997, p. 158):

O processo de criação da entidade nacional de estudantes de Serviço Social foi democraticamente discutido e amadurecido em vários fóruns estudantis e nas entidades de base, propiciando reflexão quanto à própria necessidade da sua criação e um aprofundamento sobre quais seriam seus objetivos e sua estrutura organizativa (...) criada em 1986 no Eness no Rio de Janeiro, ainda como Sessune.

Para as autoras (1997), ainda que vivenciando dificuldades no processo organizativo, o movimento de estudantes de Serviço Social continuou ativo, realizando anualmente os encontros nacionais, tendo mantido a dinâmica de organização no interior das universidades (ou Escolas), articulando os temas específicos da formação profissional com as lutas mais gerais da classe trabalhadora e da democratização da sociedade, definido como estratégico no plano da disputa ideológica e cultural.

Em 1993, o nome foi alterado para Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), “aprovado na plenária final do XV Eness (RS), buscando autonomia em relação à Une e definindo intervenção na esfera da formação profissional” (Ramos e Santos, 1997, pp. 160-161). Importante destacar que o projeto estatutário delineou a articulação com as entidades da categoria e, especialmente, a criação da Coordenação nacional de representação estudantil inserida na direção da Abepss. A ENESSO de forma articulada e construindo unidade estratégica, tem adensado o legado político-organizativo e avançado no que se constituiu como referência para a perspectiva crítica do Serviço Social.

Como registram as autoras (1997, p. 165):

A ENESSO, enquanto um canal de expressão coletiva de estudantes de Serviço Social, constitui-se um dos sujeitos coletivos presentes no cenário político-profissional nos anos 80 e 90 que, ao lado das demais entidades representativas da categoria, vem participando ativamente das discussões e lutas dos (as) assistentes sociais.

A nosso ver, a articulação política das três entidades nacionais (Conjunto CFES-S-CRESS, ABEPSS e ENESSO) é um campo de força importante em ações conjuntas de intervenção na sociedade, diante de fatos que comprometam a democracia, a justiça social e os direitos humanos. Especificamente na profissão, essa articulação afirma a indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão, a centralidade do estágio supervisionado, a integração graduação e pós-graduação, a relação entre formação e trabalho profissional, a atuação política em defesa das políticas públicas, a organização política, inclusive no plano internacional, sobretudo na América Latina.

O Código de Ética (1993), a Lei de regulamentação (1993) e as Diretrizes Curriculares (1996), expressam a direção ético-política fundamentada no compromisso com valores emancipatórios, levando as entidades a assumirem um papel significativo no campo da organização política. Estes instrumentos vêm contribuindo com a categoria profissional, na construção de pautas articuladas aos movimentos sociais em defesa das liberdades democráticas, da diversidade humana, dos direitos sociais e humanos, num crescente acúmulo de experiências significativas, fortalecendo a sociedade civil na defesa de lutas não corporativas, dando visibilidade aos posicionamentos críticos sobre a realidade social do país, buscando ampliar a força de trabalhadores. No lapso de 30 anos, segue sendo atuais na relação com novas pautas de defesa das liberdades democráticas, dentro e fora da profissão.

Considerações finais

Estas conclusões não são categóricas, posto que a pesquisa ainda está em curso, buscando apreender as determinações concretas e os nexos que permitiram construir a hegemonia da direção social crítica nas entidades profissionais do Serviço Social no Brasil. Consideramos o marco “o Congresso da virada” como um momento fundamental, que pode expressar o movimento mais geral na sociedade brasileira, principalmente, o papel das entidades sindicais na luta pela democratização da sociedade brasileira. Assistentes sociais também estiveram presentes em movimentos sociais e organizações de trabalhadores, tendo um significativo crescimento na apreensão da realidade brasileira e do papel do Serviço Social nas lutas de trabalhadores por melhores condições de vida e de trabalho.

Como revelado em nossos estudos, o III CBAS foi um momento de confluência do processo organizativo no final dos anos 1970, na resistência à ditadura empresarial-militar, levando as entidades do Serviço Social a se reposicionarem quanto à direção teórico-política da formação acadêmica e profissional e nas disputas entre projetos de profissão, passando a assumir um importante papel nos transcurso da democratização das relações sociais no Brasil.

Estas entidades romperam com as estruturas burocráticas e corporativas, construindo um campo de força importante. A unidade estratégica entre elas, desde os anos 1980, nas lutas sociais, nas pesquisas e produções de conhecimento, chega aos anos 1990 com maturidade teórico-política, ao construir estratégias coletivas, não cedendo aos modismos presentes nas Ciências Humanas e Sociais ou dos campos de trabalho. A indissociável relação entre trabalho e formação profissional tem sido profícua nas atuações conjuntas, na produção e disseminação do conhecimento, na relação com os assuntos de interesse da categoria profissional e na defesa de direitos humanos e sociais.

Sendo o Brasil um país continental, essa construção estratégica, tanto no trabalho quanto na formação profissional, deu-se na diversidade regional que o particulariza. Também a dinâmica nacional e internacional mostra os ganhos da perspectiva crítica, na disputa com projetos conservadores, e nisso o Serviço Social brasileiro tem sido uma referência. A unidade política resulta da concepção de profissão, respeitando-se a autonomia de cada organização e reconhecendo, ainda, o protagonismo do movimento estudantil.

Como constatado, as estratégias políticas ultrapassaram a forma endógena da profissão, ampliando suas relações com a sociedade e assegurando legitimidade das entidades nacionais, que têm expressado posições críticas e proposições que subsidiam o trabalho profissional, mas não só, pois expressam uma direção democrática, diferenciando-se nos espaços de representação política, na defesa de direitos e no combate a todas as formas de exploração, dominação e opressão.

A nossa pesquisa é parte de uma investigação mais ampla sobre a profissão na história da América Latina, da Europa e recentemente incorporada a África, portanto, outras dimensões serão abordadas ao transversalizar os achados de cada subgrupo, mas por certo, um aspecto importante a ser destacado é o projeto da formação crítica, balizada pelo método dialético-marxiano e nas abordagens da tradição marxista, que permitiram o aprofundamento do debate sobre a profissão, compreendendo seu sentido histórico, sua inserção nas relações sociais capitalistas e assumindo o direcionamento ético-político, numa crescente maturidade intelectual e política.

Contribuições: todos os autores trabalharam na elaboração, análise e versão final do artigo.

Agradecimentos: Maurilio de Castro Matos e Esther de Souza Lemos, pesquisadores do grupo de pesquisa que participaram ativamente na elaboração das questões apresentadas neste artigo.

Agência financiadora: não se aplica

Aprovação por Comitê de Ética: não se aplica

Conflito de interesses: não se aplica

Referências

- ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social. In: *Cadernos ABESS nº7*. São Paulo: Cortez Editora, 1997.
- ABRAMIDES, M. B. 80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo. *Revista Serviço Social & Sociedade*, n. 127, São Paulo: Cortez, 2016, p. 456-476.
- AMARAL, G. Revolução e autocracia burguesa no Brasil: seus reflexos na educação após o golpe de 1964. *Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília*, Marília, v. 5, n. 1, p. 91-108, jan./jun. 2019.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei nº 8.662 de 7 de junho de 1993*. Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm. Acesso em: 20 dez. 2024.
- BRAVO, M. I. S.; RAIZER, E. C.; LEMOS, E.; ELPÍDIO, M. H. O protagonismo da ABESS/ABEPSS na virada da formação profissional em Serviço Social. In: SILVA, M. L. O. (Org.). *Congresso da Virada e o Serviço Social hoje: reação conservadora, novas tensões e resistências*. São Paulo: Cortez, 2019. p. 56-82.
- CFESS. *Resolução CFESS nº 594/2011*: Altera o Código de Ética do Assistente Social (1993), introduzindo aperfeiçoamentos formais, gramaticais e conceituais em seu texto e garantindo a linguagem de gênero. Brasília: 2011.
- CHAUÍ, M. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.
- FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- IANNI, O. *A Ditadura do Grande Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social brasileiro no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 1996.
- RAIZER, E. C. A histórica relação do curso de Serviço Social da UFES com a Abepss. In: SERPA, A. P. (Org.). *O curso de Serviço Social da UFES: memória, afetos e história*. Vitória: EDUFES, 2024. p. 101-123.
- RAMOS, S. R.; SANTOS, S. M. M. Movimento estudantil de Serviço Social: parceiro na construção coletiva da formação profissional do(a) assistente social brasileiro. In: *Cadernos Abess*. São Paulo: Cortez, 1997. p. 141-165.